
Editorial

Rafael A. F. Zanatta¹ & Victor Barcellos²

A proposta de uma edição especial da Revista Ciência & Tecnologia Social (CTS-UnB) com enfoque em “plataformização solidária” surgiu em 2023, após diversos diálogos sobre a necessidade de uma organização do debate brasileiro sobre diferentes modelos de organização de plataformas e mercados de múltiplos lados, partindo das tradições latino-americanas de estudos sobre economia solidária, empreendimentos autogestionários e tecnologias sociais.

A possibilidade de organização do debate acadêmico em torno do fenômeno da “plataformização solidária” é uma forma de delimitação dos contornos de experiências emergentes e de superação dos limites do próprio conceito de “cooperativismo de plataforma”, amplamente disseminado pela The New School e pelos trabalhos do professor Trebor Scholz nos últimos dez anos.

Essa delimitação de contornos não tem como propósito negar a utilidade do conceito de “cooperativismo de plataforma”, que representa uma forma importante de conceber a organização do trabalho plataformizado a partir dos princípios tradicionais do cooperativismo. Princípios esses reconhecidos como a

¹ Codiretor da Data Privacy Brasil. É pesquisador de pós-doutorado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Doutor pelo Instituto de Energia e Ambiente da USP, com formação no Instituto de Direito da Informação da Universidade de Amsterdam. Mestre em direito e economia política pela Universidade de Turim. Mestre em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Faculdade de Direito da USP. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Maringá. Integrou o grupo Vulnera da Universidade Livre de Bruxelas e foi pesquisador visitante em plataformas e economia digital na The New School. Editou os livros “As economias do compartilhamento e o direito” (Juruá, 2017) e “Dados, mercados digitais e concorrência” (Casa do Direito, 2022). É autor de “A proteção coletiva dos dados pessoais no Brasil: vetores de interpretação” (Letramento, 2023).

² Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Graduado em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas pela Universidade de São Paulo (USP). Research fellow 2022-2023 do Institute for Cooperative Digital Economy (ICDE) da The New School, NY. Tradutor do livro “Um Manifesto Hacker”, de McKenzie Wark (Funilaria/sobinfluência). É coordenador de Comunicação e Marketing na Data Privacy Brasil.

participação dos cooperados, os mecanismos equânimes de distribuição, a horizontalidade nos processos deliberativos, o respeito à dignidade do trabalho, a gestão coletiva da propriedade imaterial, entre outros princípios centrais do cooperativismo.

Apesar do esforço de Trebor Scholz de explicar que o movimento do cooperativismo de plataforma não implica em uma associação direta com as formas jurídicas do cooperativismo - incluindo múltiplas formas de arranjos organizacionais que não são cooperativas, como associações, empresas com controle acionário majoritário dos trabalhadores e outros modelos possíveis -, optamos por indagar se existiriam evidências de plataformizações solidárias que não implicam em compromisso com todos os princípios do cooperativismo e não implicam em formalizar arranjos de propriedade imaterial nos dedos dos trabalhadores digitais.

Esse alargamento do conceito permite, a nosso ver, três ganhos analíticos. O primeiro é que ele explicita um diálogo muito mais claro com a tradição brasileira da economia solidária e dos estudos sobre organizações não convencionais, retomando um diálogo dos estudos feitos por Paul Singer e Luiz Inácio Gaiger, entre tantos outros. É crucial que os estudiosos de problemas de plataformização, trabalho imaterial e modelos solidários de economia digital conheçam os cânones da economia solidária brasileira, que é crucial para uma discussão enraizada e conectada com a história brasileira. Celso Alvear, Ricardo Neder e Daniel Santini, em artigo intitulado "Economia Solidária 2.0", sintetizam bem esta ideia ao defenderem que tecnologias sociais precisam superar o tecnosolucionismo, precisam priorizar licenças livres e abertas e software livre, podem estimular relações sociais significativas e não destrutivas, e precisam do apoio de políticas públicas para estímulo de criação de cooperativas por incentivos fiscais, incubadoras e plataformas públicas e gratuitas - tal como realizado pela Secretaria

Nacional de Economia Solidária no período de grandes inovações institucionais conduzidas por Paul Singer (1932-2018).

O segundo ganho analítico é uma abertura maior aos modelos de controle de plataformas por trabalhadores, que não necessariamente seguem os modelos cooperativistas dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Itália. Este ponto tem sido defendido abertamente por Rafael Grohmann, professor brasileiro atualmente vinculado à Universidade de Toronto, a partir de uma série de estudos de pesquisa-ação conduzidos no Brasil. O que Grohmann tem evidenciado é que as lutas de iniciativas como *Señoritas Courier*, por exemplo, baseiam-se em articulações de resistência que compõem uma nova gramática sobre o trabalho plataformizado e a construção de espaços de autonomia e afirmação de identidade, denunciando a precarização em mercados de serviços de entrega, como nos casos da Rappi e iFood.

O terceiro ganho analítico, por fim, é uma centralidade ao processo de plataformização, suas características sociotécnicas e suas *affordances*. A plataformização é, ao mesmo tempo, uma nova forma de intermediação informacional e um mecanismo de modulação comportamental individualizante a partir de um conjunto de escolhas de designs e formas de funcionamentos de softwares, códigos e dispositivos. Pelas características atomizantes e individualizantes da plataformização - a ideia de mercados de múltiplos lados nos quais os ofertantes agem isoladamente, a partir de uma aplicação de Internet que opera como infraestrutura -, há uma modificação das relações sociais e barreiras significativas aos elementos comunitários que tipicamente edificam a solidariedade (a coexistência física, a consciência de classe, a percepção de que há problemas comuns a serem enfrentados, os afetos humanos que se traduzem em ação política, etc). A plataformização acentua tendências de erosão do espírito comunitário do capitalismo imaterial, como já identificado por sociólogos como

André Gorz e Richard Sennett. Por isso, a importância de estudos que mostram como programadores, hackers, desenvolvedores, artistas podem encontrar alternativas a esse processo - como no caso da Associação Pimp My Carroça, que não reduz as relações sociais entre os catadores à mera conexão individualizante por uma aplicação de Internet, mas promove mutirões de trabalho coletivo nos Carnavais de grandes cidades e assembleias em um barracão na Barra Funda, em São Paulo.

Todas essas alternativas, fendas, resistências, fissuras, demandam um olhar atento da comunidade interdisciplinar que estuda o processo de plataformização, datificação e transformação da vida social e econômica no Brasil. Foi com esse espírito que a chamada pública foi lançada, em outubro de 2023, para que pudessemos selecionar e organizar estudos que buscam explorar tais fenômenos.

O dossiê é composto por quatro artigos que buscam evidências da emergência de uma plataformização solidária e suas implicações teóricas. No primeiro artigo, Ricardo Neder (UnB) situa o tema diante do capitalismo de plataforma, destacando as transformações sofridas pelo modo de produção com a disseminação das tecnologias digitais. Com isso, destaca a tensão enfrentada pelo cooperativismo de plataforma - por um lado, busca explorar estrategicamente uma brecha do capitalismo de plataforma, e por outro, constituir-se como alternativa e conclui sua contribuição questionando a quem beneficiam as cooperativas de plataforma digital.

No segundo artigo, Carolina Mesquita (ENSP), Letícia Masson (UERJ) e Cirlene Christo (UERJ) debatem temas como trabalho, desenvolvimento do poder de agir e promoção de saúde a partir do caso de uma cooperativa de motofretistas. O trabalho investiga o modo de gerenciamento e organização do trabalho adotado em uma cooperativa de motofretistas, visando traçar diferenças entre ele e o

adotado por plataformas digitais. Com um olhar oriundo do campo da Saúde, analisam os impactos desses regimes de trabalho na saúde mental desses trabalhadores. E concluem apontando para a deficiência de políticas públicas voltadas ao tema.

O terceiro artigo, de autoria de Alejandro Arrabal (FURB), aborda as implicações do conceito de "commons digital" e seus desdobramentos no contexto do trabalho intelectual decente. A pesquisa, que foi realizada através de revisão bibliográfica e análise de discurso, explora a extensão do conceito de commons digital e examina o processo histórico de construção da categoria "trabalho intelectual", destacando sua proletarianização na contemporaneidade. Por fim, Arrabal discute as implicações do commons digital para o trabalho intelectual decente.

O quarto artigo, de Miguel Said (UFABC) e Jamille Souza (UFABC) discutem solidariedade de classe e empresariamento de si no discurso de trabalhadores por aplicativos em comentários do YouTube. O trabalho explora se plataformas como o YouTube têm potencial para promover solidariedade de classe e mobilização entre os trabalhadores da gig economy. Os resultados obtidos mostraram uma presença muito baixa de solidariedade de classe e empresariamento de si. Como explicação, sugerem reavaliar o papel da noção de empresariamento de si.

Por fim, reproduzimos o Plano de Ação para Cooperativismo de Plataforma no Brasil, um manifesto escrito coletivamente a partir das discussões realizadas no seminário "Cooperativismo de Plataforma e Políticas Públicas", realizado em Porto Alegre em junho de 2022. O documento buscou definir princípios para a elaboração de políticas públicas voltadas para a promoção do cooperativismo de plataforma no Brasil. Consideramos importante seu compartilhamento neste dossiê como forma de ampliar a visibilidade de uma das contribuições mais completas já construídas para o fortalecimento do tema no país.
